



PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTORA DO PROGRAMA REDE FAMÍLIA

1
2
3 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às nove horas e vinte minutos, no
4 Auditório da SEPACOM, sito à Rua Quinze de Novembro, nº cento e oitenta e três, Centro Histórico
5 – Santos/SP, com os seguintes **Presentes:** Camila Rocha Muheison/DEARTI-SEDS, Maria do Carmo
6 Sofia de Paula/DEARTI-SEDS, Magali Leite de Freitas/SEDS, Maria Anunciação de Jesus
7 Lourenço/SMS, Maria Lucia de Souza de Oliveira/SEDUC, Gervak Ferreira Lima Junior/SECULT, Sonia
8 Maria de Mello/CET-Santos, Djalma Couto/SAPIC PORTUS, Katia Ines Bacellar Freudenthal/SETUR,
9 Sérgio Bonavides/SESERP, César Antonio Zangrande/OTC, Ilza Melo Nigra/SECOM, Sandra Regina
10 dos Santos/CMDCA, Flávia Yara Alves Barbosa/CMI, Idreno de Almeida/CMSS Luis Trajano de
11 Oliveira/SIEDI, Alessandra de Sousa Franco/SEGES. **Ausências Justificadas:** Maurício Bezouro
12 Carvalho/CTZL, Carlos Roberto Proiete Junior/CTZC. **Ausentes:** Maristela Marques
13 Bechara/COHAB-ST, Viviane Christina da Mota Souza/COHAB-ST, Leônidas Carvalho
14 Aragão/SEMES, Eliane Sena de Barros/SEMES, Juliana Menezes Cavalcanti/SEGOV, Ivanise dos
15 Santos Andrade/SEGOV, José Silva de Jesus/SESEG, Ademar Miranda da Silva Filho/SESEG, Rosana
16 Alo Maluza Braga/SEDURB, Letícia Wetzel de Oliveira Picado/SEDURB, Paulo Marco de Campos
17 Gonçalves/SEMAM, Marcos Neves Fernandes/SEMAM, Mário Ferreira/CTZC, José Francisco
18 Martins dos Santos/CTZL, Raphael Luiz Moura/CTZN, Mario Henrique Gomes da Silva/CTZN, Flávia
19 Valentino/CMAS, Marina Carvalho Perez Penã/CMAS, Lucineide Souza Faccioli/COMMULHER, Tânia
20 Maria Pereira de Paula Eduardo/COMMULHER, Adelina Dias Perez/CONDEFI, Luciano Marques de
21 Souza/CONDEFI, Denise de Simone F. Miranda/ CME, Enéas Machado/CME, Ana Lúcia Silva
22 Pacheco dos Ramos/CONCULT, Lauro Kusplica/CMH, Antonio de Alvarenga/COMESP, José
23 Penha/COMESP, José Carlos de Almeida/COMEB, Dalve Manoel Negrão dos Santos/COMEB,
24 Simone Aquino de Carvalho/SEFIN, Izabel Silveira dos Santos Rodrigues/SEFIN.
25 **Convidados:** Roselaine Florencio da Gama/CTZC. **Pauta 1 - Apreciação da Ata Anterior.** Leitura da
26 ata anterior sendo aprovada pelos presentes sem alterações. A senhora coordenadora Camila
27 recordou algumas situações ocorridas na reunião anterior sendo uma delas a ida de alguns
28 integrantes da comissão Executora ao departamento de informática - DETIC para saber sobre as
29 possibilidades do georreferenciamento nas questões da habitação. Em continuidade a senhora
30 coordenadora apresentou um fluxo com as demandas retiradas das reuniões anteriores e pontua a
31 seguinte situação na Região Central: Habitação, pertencimento e vulnerabilidade. Ainda com a
32 palavra a senhora Camila lembrou que na questão da habitação, a ideia inicial é pegar algum
33 imóvel condenado para servir de projeto piloto conforme sugestão do senhor Trajano da Secretaria
34 de Edificação - SIEDI “selecionar o imóvel condenado com famílias vivendo no local, condenar e
35 fechar; fechar é muito fácil, mas a nossa preocupação é para onde levar as pessoas que moram lá
36 e, se existe um local para onde levá-las, se existe um credenciamento das pessoas que vivem
37 nessas situações.” Com a palavra a senhora Magali explicou qual é a posição da Secretaria
38 Municipal de Desenvolvimento Social – SEDS quanto a questão da habitação na vivencia da
39 Assistência Social, “enquanto Política Social”, “a Assistência Social não tem a ver com a habitação



PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



40 nem com o cadastro habitacional, portanto não temos esse cadastro. Por exemplo, quando você
41 colocou habitação e vulnerabilidade, o que se identifica enquanto assistência é que a
42 vulnerabilidade das famílias é causada pela falta de habitação e por habitabilidade em condições
43 precárias, então isso aumenta a vulnerabilidade delas; a questão central é a questão dos cortiços e
44 das condições precárias da habitabilidade, então esse não é o nosso papel enquanto política de
45 assistência, o que fazemos é o cadastro das pessoas através do Cadastro Único onde é feita a busca
46 ativa e tem lá os endereços delas. A assistência não tem esse objetivo de fiscalização de edifícios.
47 Fazer uma intervenção para retirar as famílias é preciso saber qual é a alternativa que vamos
48 oferecê-las; se a demanda é da habitação, então a alternativa deve vir da habitação que seria com
49 a locação social, o que demanda muito recurso.” A senhora Sandra perguntou se a locação social é
50 bancada (financiada) pela habitação ou pela SEAS - Secretaria de Assistência Social? A senhora
51 Magali esclareceu que a locação social não é bancada (financiada) pela SEAS, mas historicamente
52 no país inteiro até dois mil e treze no município de Santos a política de Assistência Social arcou
53 com as despesas de auxílio aluguel, e desde dois mil e dez existe uma Resolução Normativa 195
54 que foi retificada para 543/2014 a qual vigora atualmente, essa Resolução é sobre a concessão de
55 benefícios eventuais e dentre eles o auxílio moradia e para isso existem os critérios para quem a
56 assistência social deve conceder esses benefícios. A Assistência Social não tem essa atribuição e ela
57 precisa cumprir esta Resolução que é aprovada no Conselho Municipal de Assistência Social, já na
58 questão do abrigo de emergência ele também gera um custo, como exemplo, no frio o único
59 abrigo que temos é para acolher as pessoas que estão em situação de rua. Quanto tirar as pessoas
60 de um lugar seja da reintegração de posse ou situação semelhante, o recurso que elas terão é o
61 auxílio moradia e nós não respondemos para a população com aquilo que deveríamos responder,
62 se pegarmos todas as áreas de vulnerabilidades no Município a questão maior é da habitação, o
63 que faz as famílias ficarem ainda mais vulneráveis, além das situações as quais elas estão expostas.
64 “A habitação é uma questão muito séria: no Centro temos os cortiços; nos morros as áreas de
65 ocupação de riscos e deslizamentos; na Zona Noroeste as palafitas sobre o mangue e a Vila dos
66 Criadores era um lixão, então habitação é um problema sério no município. A conselheira
67 Roselaine esclareceu que em alguns locais, principalmente, da Luiza Macuco vinte e um e do hotel
68 Chinês a situação da habitação é muito precária e insalubre, e no hotel já tem outra criança que
69 precisa de acolhimento, “precisamos fazer nem que seja o mínimo para o Centro de Santos”,
70 também falta uma fiscalização atuante, por exemplo saiu aquela família lacra o local para que
71 outra não entre. A senhora Camila questionou se lacrar hotel Chinês para onde vão as pessoas
72 retidas. A conselheira Rose explicou que as famílias não são fixas, e é uma família a cada dia ou
73 semana, a grande questão é como chegar nesse dono da chave, as famílias pagam diárias para a
74 pessoa que cuida do local que é a mesma que as expulsam pela manhã. A senhora Magali
75 argumentou que não é uma questão da Saúde, da Educação nem da Assistência chegar ao dono da
76 chave. A senhora Katia colocou que a DEFISCO - Departamento de Fiscalização de Mercados e do
77 Comércio Viário é a seção que pode fechar esses locais, ela explicou que a Secretaria de Turismo
78 tem os mesmos problemas com as pousadas e hotéis, mas fazem um trabalho que é muito bem



PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



79 feito diretamente com as pousadas pela equipe de trabalho que vai ao local para verificar se está
80 tudo certo com a documentação, ``a SETUR não tem o poder de fechar a pousada, quem tem esse
81 poder é a Secretaria de Finanças``. A senhora Magali perguntou se a conselheira identifica quantas
82 famílias estão hoje no hotel Chinês. A conselheira Rose respondeu que eram seis famílias, sendo
83 três já retiradas do local e o restante das pessoas ficam por um ou dois dias. Senhor Idreno colocou
84 que falta diálogo entre as Secretarias e elas possam conversar periodicamente, por outro lado
85 existem projetos que não conhecemos como um terreno que São Vicente cedeu uma área no
86 Tancredo Neves para Santos construir e nada foi construído precisamos verificar e saber porque
87 está parado, saber se a verba saiu ou não, ou está para sair, ``não existe problema sem solução,
88 existe sem ação``. No tocante ao prédio do hotel pelo visto está interditado e os gestores vão
89 responder processo no dia em que pegar fogo ou cair estamos aqui para evitar isso, penso que
90 teríamos que fazer um relatório informando que o prédio está condenado e registrar que tomamos
91 ciência disso, e quem foi ao prédio e viu a situação faz o relatório para registrar, assim não tem
92 como dizer que ninguém avisou. Complementou a senhora Anunciação lembrando do incêndio
93 que aconteceu em São Paulo prédio público que estava sem condições de ser habitado. O senhor
94 Idreno colocou a necessidade de ter uma fiscalização sobre as ações e, mencionou que algumas
95 cidades como Valinhos e Vinhedo possuem o cadastro das famílias e eles sabem quem entrou ou
96 saiu da cidade, se está desempregado, tudo isso acontece porque eles têm o controle e fiscalização
97 de tudo. **Pauta 2 - Apresentação sobre os imóveis da região do Centro:** O senhor Trajano informou
98 que pegou o relatório da fiscalização de alguns prédios que estão com problemas, repassando-o
99 para a senhora Camila; o senhor Trajano esclareceu que: o que poderia ser feito pela fiscalização
100 dos prédios foram feitas através das notificações dos proprietários, e a Prefeitura não desapropria
101 para ela o imóvel porque ficará com a responsabilidade de fazer a obra (restauração), por isso se
102 propõe uma mudança na legislação para em vez de restaurar, permitir a reforma a médio prazo.
103 Quanto ao hotel Chinês (Rua Brás Cubas, 239) foi conversado com o coordenador que relatou
104 que teria uma força tarefa entre a Segurança e a Infraestrutura para interditar o prédio porque
105 tem risco estrutural e risco que é para a família, mas esbarrou na questão do que fazer com as
106 famílias nessas duas vertentes; sabendo agora que são três famílias e o restante de pessoas
107 itinerantes, então aí entrar a Assistência Social para resolver aonde vai colocar essas famílias, e
108 assim poder interditar e fechar, mas para isso ocorrer precisa haver essa conversa com as três
109 Secretarias (SEFIN, SIEDI e SEDS) para começar a ação da Prefeitura no hotel Chinês e tentar
110 resolver o problema e inibir as ações dos próximos. A senhora Magali lembrou que a política de
111 Assistência Social não vai dá conta, e colocou que a assistência pode dá conta dessas três (03)
112 famílias, mas observou não ser a proposta da Política da Assistência que não tem abrigo para
113 família e o que tem é para atender a população em situação de rua, considerado também que
114 muitas famílias não querem ir para o abrigo. O senhor Trajano questionou sobre o aluguel social. A
115 senhora Magali esclareceu que o aluguel social é da COHAB-ST – Companhia de Habitação da
116 Baixada Santista que deveria estar junta nessa conversa/ação. O senhor Trajano perguntou se o
117 Programa Rede família tem autonomia para convocar as demais Secretarias para envolvê-las nesta



PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



118 ação. A senhora Magali observou: se retira hoje as pessoas do hotel Chinês e da Luiza macuco 21,
119 mas o que de fato estamos fazendo e contribuindo com essas famílias? Levantou esse
120 questionamento também para que possamos rever as nossas atitudes nos encaminhamentos, e
121 quais são as consequências deles quando colocamos na vulnerabilidade uma demanda de
122 habitação colocando as famílias em abrigos. A senhora Anunciação exemplificou as ações antigas
123 que ocorreram em três endereços esclarecendo que as famílias eram acompanhadas pelo CRAS –
124 Centro de Referência da Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de
125 Assistência Social quando havia necessidade de acompanhamento. O acompanhamento deve
126 existir ``o que não pode é deixar acontecer uma tragédia`` justificou a senhora Alessandra. A
127 senhora Camila disse que a ideia é retirar as famílias; e o que mais será garantido para a família
128 que saiu, e se, por exemplo oferecer para àquela mãe um curso de geração de renda, pode ser
129 uma hipótese? As senhoras Alessandra e Sandra colocaram que os serviços já estão à disposição
130 da rede, o que precisamos é traçar os planos. A senhora Magali observou que não é um curso de
131 formação, de benefício eventual e de programa de transferência que vão magicamente dar
132 solução, tudo isso é uma complementação para a família dependendo da situação vivida, quem
133 acompanha as famílias como Anunciação e a Rose sabem que existem aquelas famílias que vivem
134 situações cronicamente e que dificilmente sairão dela, então não vamos achar que um curso de
135 formação e qualificação é a solução. A conselheira Rose colocou que existem outros prédios com
136 muito mais famílias, mas que o hotel também é um ponto alugado para uso de drogas conforme
137 relatado pelas próprias pessoas que moram ali. A senhora Katia argumentou que a maioria dos
138 prédios da área Central são prédios históricos e perguntou se tem algum representante da seção
139 de patrimônio na reunião da Rede Família e qual é a possibilidade de recuperação desses prédios
140 (alguns tombados) já que estamos discutindo espaços onde colocar as famílias mediante
141 acompanhamento? O senhor Bonavides partilhou sua experiência na Subprefeitura do Centro
142 Histórico sobre um termo de ajustamento de conduta – TAC entre a Prefeitura (gestão Papa) em
143 2010 quando recebeu por comodato de dez anos uma casa na rua Amador Bueno 510, ``naquela
144 casa se encontrava tudo o que se poderia imaginar, o pessoal invadia o local e quando a polícia
145 chegava eles falavam que o senhor Bonavides da área Central tinha autorizado a entrada deles, até
146 que fui informado pelo promotor de justiça dizendo que eu não poderia colocar as pessoas para
147 morar na casa, então tivemos que ir no local com a guarda Municipal para retiramos as pessoas,
148 retiramos e emparedamos tudo para não haver novas invasões, e mal fizemos, eles arrebataram e
149 quebraram tudo o que havia sido feito e no dia seguinte tinha o dobro de pessoas que havia antes.
150 Compreendo e concordo com a postura da assistente social quando ela fala das dificuldades e de
151 onde vamos chegar resolvendo o problema de três hoje, amanhã chegará mais cinco; mantenho
152 também a sugestão descrita na ata anterior de convidar o Promotor (Dr. Carmelo) para vir e
153 conversar com a gente porque penso que o problema da habitação e do social é grave, é crucial e
154 não é exclusivamente da Prefeitura, vamos envolver o Estado para que eles assumam a sua parte
155 da responsabilidade nessa ação. As ações precisam acontecer em conjunto inclusive acompanhado
156 da polícia militar, exemplo a força tarefa feita para retirar o pessoal do morro onde o grupo foi



PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



157 recebido com bombas, essa situação é extremamente delicada, e esse confronto não é de
158 responsabilidade da Rede Família.`` A senhora Rose declarou: no ponto em que estamos
159 poderíamos chamar os responsáveis da defesa civil, da segurança e do patrimônio público para
160 eles colocarem como estão as condições dos prédios porque nós como Rede Família não podemos
161 fazer. A senhora Alessandra disse que a primeira tomada de decisão é eleger o imóvel que vai ser
162 desapropriado para fazer o diagnóstico, porque sem diagnostico não tem política, nem ação, para
163 daí fazer um relatório e chamar a rede para que os envolvidos tenham conhecimento de fato e de
164 direito da gravidade e, do risco iminente, por que se for preciso fazer uma força tarefa, todos os
165 integrantes possuem o conhecimento do que acontece deixando, tudo isso, bem claro e
166 documentado para pontuar que tomamos algumas medidas para que não aconteça a violação de
167 vários direitos e as perdas das vidas, logo essa prevenção deveria ser de forma hábil e rápida.
168 Senhora Katia abordou dois aspectos: o social e o financeiro; esclareceu que havendo uma
169 possibilidade de recuperação dos prédios que são patrimônio histórico e turístico, resolveremos
170 dois problemas em uma única vez, a recuperação dos prédios atrairia mais turistas e renda para a
171 região, e teríamos um local apropriado para colocar a população retirada do local de risco. A
172 Senhora Magali perguntou como vamos dar esse paço para frente? O senhor Trajano esclareceu
173 que somos a entidade que pode chamar a COHAB, a Defesa Civil, a Secretaria de Segurança, a
174 Assistência Social, a Saúde e a Educação para fazer uma reunião e dizer que o nosso problema é o
175 hotel Chinês para juntos trabalharmos e resolvermos como vamos fazer. O senhor César pontuou
176 que saiu o Decreto 8119 que criou o grupo técnico de trabalho ``Novo Centro Velho`` para a Região
177 do Central e em 6 de junho saiu a portaria nomeando os membros sendo mais um grupo técnico
178 para o Centro gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Senhora Sandra sugeriu
179 elaborar um documento pela Rede Família apontando o que se entendeu como a problemática e
180 entregar porque é uma discussão de chefe de departamento para Secretário publicizando o que a
181 Rede Família está levantando para eles organizarem uma força tarefa. Encaminhamentos da
182 reunião: 1 – levantamento das famílias, moradoras do Hotel Chinês, cadastradas no Cadastro Único
183 (Magali); 2 – Fazer documento relatando a situação detectada na reunião (Camila); 3 – Solicitar um
184 relatório da Defesa Civil e uma fazer uma reunião com trazendo a COHAB, a Polícia Militar, a
185 Vigilância Sanitária, a Guarda Municipal trazendo todos para essa conversa com o relatório para
186 saber do agravamento pontuando tudo isso (Camila). **Pauta 3 - Assuntos Gerais:** a senhora
187 coordenadora Camila colocou a questão do pertencimento levantada nas reuniões anteriores, e
188 apresentou o projeto Heróis da Comunidade elaborado em 2013 e este tem como objetivo prevê
189 ações que elevem a autoestima dos moradores, dando oportunidade para que possam mostrar
190 suas qualidades e exercer plenamente sua Cidadania (Na época foram feitos 3 livros digitais um na
191 Zona Noroeste, Morros e Área Continental). A senhora Camila trouxe o Heróis da Comunidade
192 como uma sugestão para ser analisada, e se existe a possibilidade de se encaixar na Região do
193 Centro através do Programa Rede Família para trabalhar a questão da auto estima e conhecermos
194 melhor o território trazendo esse olhar social, cidadão. A Senhora Anunciação lembrou que o
195 Historiando a Zona Noroeste nasceu no Programa Rede Família com história dos moradores



PREFEITURA DE SANTOS

Secretaria de Desenvolvimento Social



196 restaurando a auto estima do bairro mudando e a imagem do local, foi um trabalho belíssimo onde
197 o foco não era somente em uma pessoa; outro exemplo o pessoal da UNIFESP faz um trabalho de
198 narrativas com os moradores, mais o foco fica na pessoa, diferente do que foi feito na Zona
199 Noroeste. Senhora Magali colocou que no curso de psicologia na UNIFESP tem a narrativa, o
200 cinema ao ar livre e a rádio comunitária que poderia haver uma articulação para trazer os
201 articuladores na associação dos cortiços, na Organização Não Governamental Pro Viver, pois é uma
202 forma de começar no Centro. A senhora Sandra relatou que “no Rio de Janeiro nas ruas do Centro
203 existem as placas que indicam que aquela rua é uma rua de brincar e nos horários definidos não
204 passam carros e são os próprios moradores quem administram.” A senhora Rose sugeriu deixar
205 para outra reunião a questão do pertencimento porque já estamos num ponto crucial para a
206 questão dos imóveis e alguns detalhes acabam se perdendo, ainda com a palavra a conselheira
207 colocou que o livro digital não foi feito para a Região do Centro porque não existe o pertencimento
208 da pessoa. O senhor César informou sobre a reunião que acontecerá entre a Ouvidoria
209 Transparência e Controle - OTC e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS no dia
210 29 de junho no auditório da Rua Dom Pedro, às oito e meia para falar da importância de os
211 conselhos abastecerem o Portal dos Conselhos, “então promoveremos uma manhã com a
212 Secretaria de Comunicação - SECOM explicando a funcionalidade do portal, a OTC dando algumas
213 dicas sobre atas e o departamento de Articulação - DEARTI com as instruções/orientações; seria
214 importante os representantes que acompanham os conselhos participarem.” Não havendo mais
215 exposições, a senhora Camila finalizou a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, eu,
216 Maria do Carmo Sofia de Paula, assisti e lavrei a presente ata, cuja lista de presença segue acostada
217 a mesma.